

O FÓRUM IBAS: UMA EXPERIÊNCIA DE PARCERIA ESTRATÉGICA NA PERSPECTIVA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Iuri Assunção¹

Resumo

As transformações na ordem internacional contemporânea e a reestruturação de poder no cenário possibilitaram o fortalecimento dos polos de poder regionais. Nessa perspectiva, as potências regionais se estabeleceram como atores influentes na esfera global. Ainda como resultado do processo de reordenamento mundial, as parcerias Sul-Sul se depararam com novas possibilidades de atuação, as alternativas multilaterais de negociação abriram espaço para um maior empenho dos países em desenvolvimento nas decisões internacionais. No atual cenário, a cooperação entre Estados do Sul se solidificou, revelando novas formas de atuação no Sistema Internacional e de oportunidades para os desafios do desenvolvimento interno por meio de esforços conjuntos. O Brasil é um dos atores de destaque nesse panorama, utilizando parcerias no Sul como estratégia de política externa. O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), constituído em 2003, representa uma institucionalização da Cooperação Sul-Sul, um espaço para coordenação política entre potências regionais em desenvolvimento. Em quase dez anos de existência o IBAS permitiu uma maior articulação entre os três países, aprofundando as pautas políticas e expandindo as trocas comerciais. Além disso, as ações humanitárias do IBAS tem sido, até então, exitosas, alcançando reconhecimento internacional. Para tanto, o presente estudo procura compreender a importância da Cooperação Sul-Sul hodiernamente, avaliando o desenvolvimento das relações trilaterais no âmbito do IBAS e o painel das atividades desempenhadas nos espaços de atuação do Fórum.

¹ Iuri Assunção. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e aluno do curso de graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: iuriassuncao@gmail.com

Palavras-chave: Fórum de Diálogo IBAS. Política Externa. Cooperação Sul-Sul. Multilateralismo.

Abstract

The transformations in contemporary international order and the restructuring of power in the international arena have enabled the strengthening of regional centers of power. From this perspective, regional powers established themselves as active players in the global sphere. Also, as a result of the process of reordering the world, the South-South partnerships encountered new performance possibilities. The multilateral trading alternative gave way to a greater perpetration of developing countries in international decisions. In the present scenario, the cooperation among Southern states solidified, revealing new ways of acting in the international system and opportunities for domestic development challenges. Brazil is one of the prominent actors in this new scenario, which uses partnerships in the South as a foreign policy strategy. The India, Brazil and South Africa Dialogue Forum (ISBA), formed in 2003, represents an institutionalization of South-South Cooperation, a space for political coordination between regional powers in development. In almost ten years of existence IBSA allowed greater coordination among the three countries, deepening the political agenda and expanding the commercial trade. Moreover, the IBSA humanitarian actions have been, until then, successful, achieving international recognition. Therefore, this study seeks to understand the importance of South-South Cooperation nowadays, endorsing the development of relations within the IBSA and overview of the activities accomplished in the working fields of the Forum.

Keywords: IBSA Forum. Foreign Policy. South-South Cooperation. Multilateralism.

INTRODUÇÃO

O cenário internacional após a Guerra Fria perdeu seu caráter bipolar e estruturou-se através de uma nova ordem marcada pela hegemonia do capitalismo ocidental e

pela emergência de múltiplos polos de poder no Hemisfério Norte. Com o decorrer dos anos novas mudanças sistêmicas desenvolveram-se, processos como o da globalização econômica, da integração regional e da expansão do liberalismo ofereceram uma nova face à polaridade observada na nova ordem mundial.

Nesse cenário, destaca-se a reestruturação da lógica do poder por meio da emergência das potências regionais, que fortalecem seu poder de influência através da intensificação da Cooperação Sul-Sul e do alinhamento de seus interesses. O diálogo entre os países do Sul corrobora a configuração de uma ordem mundial multipolar, ainda que a relevância dos polos de poder possuam níveis diferenciados.

Destarte, o presente trabalho buscará compreender a dimensão que a Cooperação Sul-Sul ocupa nas relações de poder no contexto internacional. Para tanto, analisaremos o papel do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) na consolidação dos arranjos cooperativos no âmbito Sul-Sul.

Primeiramente, será analisado o atual cenário internacional, no que diz respeito ao paradigma da emergência de novos polos de poder no Sul. Abordaremos também o lugar do Brasil nesse cenário e como a política externa brasileira (PEB) vem atuando, desde 2003, por meio da Cooperação Sul-Sul, a fim de consolidar o país no grupo das principais potências emergentes. Ademais, estabelece-se um breve resgate das origens da Cooperação Sul-Sul.

Em seguida, examina-se de que forma estabeleceu-se a participação do Brasil nas coalizões do Sul e como os interesses nacionais estão inseridos na aproximação com países em desenvolvimento, com foco na formação da parceria estratégica do Fórum de Diálogo IBAS, que será o objeto central desse trabalho.

Posteriormente, o artigo analisa o Fórum IBAS e o desenvolvimento das relações trilaterais nos pilares institucionais do mecanismo, avaliando a coordenação política, a cooperação setorial intragrupo e a cooperação para o desenvolvimento externo ao grupo. Por fim, para uma compreensão mais sólida do mecanismo, observa-se o IBAS na perspectiva da política externa indiana e da política externa sul-africana.

Eis que a Cooperação Sul-Sul e a constituição de coalizões, como o IBAS, é um importante instrumento para criar oportunidades de inserção entre países emergentes,

defendendo de forma conjunta seus interesses no Sistema Internacional e contrapondo-se ao unilateralismo. A coalizão IBAS corrobora a consolidação destes países como representantes da nova ordem mundial em desenvolvimento, na qual os países do Sul cada vez mais apresentam força econômica e política relevante em relação aos países do Norte.

A metodologia utilizada na produção deste trabalho consistiu em um levantamento bibliográfico, com o intuito de articular as diferentes análises teóricas no campo das relações internacionais sobre a temática. Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica com o objetivo de realizar uma investigação detalhada sobre a opção da política externa do Brasil pelo Sul e sua participação no IBAS, tendo em vista inferir percepções contemporâneas acerca dessa iniciativa e dos seus resultados práticos.

1 A ordem internacional emergente e a cooperação sul-sul

O fim da bipolaridade e, por conseguinte, a estruturação de uma nova ordem imersa em uma conjuntura marcada pela globalização, resultou em um quadro de incertezas e possibilidades, sobretudo para os países periféricos. Concomitantemente, se intensificam os processos de integração regional. A proliferação do regionalismo e da globalização produziram profundas modificações políticas no cenário mundial.

Para Krauthammer (1991), a característica mais marcante do mundo após o fim da Guerra Fria era, sem dúvida, a unipolaridade dos Estados Unidos. Entretanto, com o passar dos anos, a reestruturação dos fluxos de poder e a multipolaridade inevitavelmente revelar-se-iam.

Diante das transformações ocorridas durante o fim do século XX e início do século XXI, vários teóricos indicam diferentes panoramas referentes às alterações na estrutura do Sistema Internacional e à redefinição da distribuição de poder.

Paul e Hall (1999) sugeriram, no fim do século XX, que a lógica de poder na nova ordem seria semiunipolar, concentrada no Hemisfério Norte através da semiliderança dos Estados Unidos com consentimento limitado das demais potências do Norte. Nesse sistema, os países do Sul estariam desprezados, apenas oferecendo a estrutura necessária

para a manutenção do poder e dos interesses do Norte.

Já no século XXI, Hurrell (2007) indica outra perspectiva para o cenário, reconhecendo o emergente papel dos países e regiões em desenvolvimento e a importância destes como peças essenciais na economia e na governança global. Para Hurrell, o surgimento de potências regionais e a formação de blocos e complexos de segurança de nível regional apontam para o desenvolvimento de um novo sistema de equilíbrio de poder: uma ordem mundial multirregional.

Diante da diversidade de perspectivas teóricas que passam a interpretar a configuração do sistema internacional hodierno, Haass (2008) supõe que o mundo contemporâneo é apolar, uma vez que não é mais regido por uma única ou mais potências. Para o autor, o Sistema Internacional é conduzido, atualmente, por uma série de atores estatais e não estatais, que exercem diferentes tipos de influência e poder nas relações internacionais. Nesse cenário, além das principais potências mundiais, como os países do G-8, estariam também incluídas as potências regionais em desenvolvimento, os blocos regionais e demais atores de relevância regional e global.² Haass (2008) aponta que os principais fatores que impulsionaram a não polaridade teriam sido o crescimento econômico de alguns Estados em desenvolvimento, a globalização e, finalmente, os próprios Estados Unidos, por meio de medidas equivocadas de sua política interna e externa no governo Bush.

Conforme Zakaria (2008), os primeiros anos do século XXI foram marcados por um processo descrito como “deslocamento de poder”. Segundo o autor, esse momento representa o fim da Pax Americana, processo que se intensificou com a reação dos Estados Unidos aos atentados de 11 de setembro de 2001, por meio da intensa securitização de sua agenda internacional e do fortalecimento do unilateralismo na política externa estadunidense. No entanto, o autor defende que esse fenômeno não será marcado pelo declínio dos Estados Unidos, mas sim pela emergência de novos focos de poder, ou em suas palavras: *the rise of the rest*.

Percebe-se, portanto, que os cenários interpretados por Hurrell, Haass e Zakaria

² Para Haass, também faz parte desse cenário as corporações financeiras, as organizações internacionais, grandes redes de comunicação, milícias e organizações terroristas e OINGs.

são análogos e versam sobre o paradigma da emergência dos novos focos de poder descentralizados no cenário internacional.

Mais recentemente, a crise econômica que se desenvolveu a partir de 2008, originou novas perspectivas para esse momento, uma vez que os países emergentes foram menos afetados pela crise que os desenvolvidos. Entre 2008 e 2010, os países desenvolvidos tiveram crescimento médio de apenas 0,1%, enquanto que o crescimento médio dos países em desenvolvimento foi de 5,4%. (FMI, 2011). Dessa forma, à medida que os países desenvolvidos vêm sofrendo sucessivas crises, como o problema da dívida pública nos Estados Unidos e a crise na Zona do Euro, os países emergentes passam a ser percebidos, cada vez mais, como novos dinamos da economia mundial. (RIBEIRO; MORAES, 2010).

Se por um lado, o liberalismo durante muitos anos revelou as contradições entre Norte e Sul, por outro lado, a atual crise permitiu que os países emergentes se deparassem com um novo paradigma, um relativo vácuo de poder a ser conquistado no Sistema Internacional, uma vez que os Estados dinamos da economia global precisaram centrar seus esforços no âmbito doméstico devido os efeitos da crise. Desta forma, os Estados do Sul ganharam mais força para se consolidar na nova geografia política e econômica.

Considerando as contemporâneas configurações de poder no cenário internacional, alguns países, devido a suas características econômicas, políticas e geográficas, apresentam posição de destaque. Não é mais possível pensar nas relações internacionais sem levar em consideração países como China, Índia, Brasil, México e África do Sul. (ZAKARIA, 2008).

De fato, a atual posição dos emergentes na economia é inegável. A perspectiva dos BRICs³ projeta uma nova percepção para esses países que, diante das mudanças sistêmicas supracitadas, encabeçarão a economia mundial na segunda metade do presente século. Índia, Brasil e África do Sul, assim como os demais países do BRICS, são atores em ascensão, que desenvolveram nos últimos anos considerável influência e

3 BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) é o acrônimo criado em 2001 pelo economista Jim O'Neill para designar os quatro principais países emergentes. Segundo O'Neill, até 2050 estes países encabeçarão a economia mundial. Em 2011 a África do Sul foi incluída no grupo, que passou a ser BRICS.

capacidade nas relações entre Estados. Esses Estados são reconhecidamente potências regionais, ou seja, Estados que não exercem papel sistêmico muito significativo, mas cujas capacidades têm relevância no plano regional.

Assim, as potências regionais são nações cujas disposições e pretensão de coparticipação na política internacional os diferencia dos demais países em desenvolvimento. Segundo Lima e Hirst no que tange à conceituação dos países emergentes:

Ainda que não exista uma definição consensual, as variações de nomenclatura incluem potências médias, países intermediários, potências regionais e emergentes, alguns critérios de classificação [...] envolve certa medida de capacidade material que as diferencie dos demais países em desenvolvimento na estratificação internacional; especificidades com relação ao desempenho de um papel diferenciado no sistema internacional, ou as suas estratégias internacionais, ou uma medida comportamental, e indicadores de autopercepção e reconhecimento dos demais. (LIMA; HIRST, 2009, p.7)

De acordo com Lima e Hirst (2009), é possível dizer que após a Guerra Fria as relações internacionais passaram a ser mais regionalizadas, quando os países emergentes passaram a ganhar maior destaque no cenário internacional. Segundo Vizentini:

O fenômeno da globalização passa, cada vez mais, pela regionalização, isto é, pela formação de polos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional [...] É nesse quadro de reordenamento mundial que os chamados países emergentes – como Brasil, Índia e África do Sul – começaram, paradoxalmente, a ganhar mais espaço no cenário internacional. (VIZENTINI, 2006, p. 160).

Dentre os principais países emergentes, o Brasil desponta como potência regional sul-americana, posição que foi defendida, sobretudo, por meio das diretrizes universalistas de política externa, adotadas com maior esforço a partir de 2003, com o governo do presidente Luís Inácio Lula Da Silva (2003-2010).

Em linhas gerais, a política externa iniciada com Lula está centrada em estratégias para reforçar a atuação e projeção internacional do país, assegurando o papel de potência regional a fim de alcançar uma maior posição de independência e soberania junto às grandes potências, como os Estados Unidos e os países da União Europeia.

Assim, para concretizar os planos de inserção internacional, coparticipação da política mundial e liderança regional, o Brasil investiu em uma política externa preocupada com o estabelecimento de arranjos cooperativos multilaterais, que visam atenuar as assimetrias e o unilateralismo. Para tanto, a estratégia diplomática utilizada foi marcada pela potencialização da cooperação internacional, assegurando antigas alianças e instituindo novos parceiros políticos e econômicos, especialmente aqueles com perspectiva de ação conjunta em organismos internacionais. O estabelecimento de relações dessa natureza garantiu ao país uma posição mais sólida e ativa na ordem internacional emergente.

Na busca por consolidar esse esquema cooperativo como importante instrumento de política externa, o Brasil deu atenção especial ao relacionamento com os países do Hemisfério Sul. Lula, atualizando as propostas de universalização da política externa do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), privilegiou de maneira especial a aproximação com os países em desenvolvimento. A atuação da política externa brasileira:

Was defined by a clear choice for multilateralism, required for the establishment of a world of peace and solidarity. This choice enables us to maintain excellent political, economic and, at the time, to give priority to our ties with the Southern countries of the world. (Ministério das Relações Exteriores, 2008, p. 25).

O ex-chanceler Celso Amorim (2005) descreve essas iniciativas como a opção do Brasil em andar por conta própria, deixando para trás mecanismos de inserção dependente e diminuindo a vulnerabilidade externa. É nesse sentido que a Cooperação Sul-Sul pode ser compreendida como um instrumento da política externa brasileira, uma alternativa multilateral para introduzir os interesses nacionais no Sistema Internacional.

Historicamente as origens da Cooperação Sul-Sul remetem à ordem bipolar e aos

processos de descolonização. O diálogo entre esses países se intensificou com a formação do Movimento dos Não Alinhados, criado na Conferência de Bandung, em 1955. O intuito do grupo era colocar em foco o debate Norte e Sul, que fora deixado de lado diante do confronto ideológico entre Leste e Oeste.

Assim, os países do Sul passaram a se articular nessa coalizão para discutir temas de seu interesse, especialmente o desenvolvimento econômico e a promoção da cooperação internacional. Em 1964, a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) avançou esse debate, quando os países em desenvolvimento passaram a ter um fórum para deliberar sobre as assimetrias mundiais, reivindicando uma nova ordem econômica que permitisse o desenvolvimento de todos.

Hodiernamente, a cooperação de natureza Sul-Sul pode ser entendida pela parceria entre países em desenvolvimento que compartilham percepções e graus de desenvolvimento semelhantes. Trata-se do interesse desses Estados em participar de ações para catalisar e promover mudanças na estrutura do Sistema Internacional, lidando não só com temas de caráter político e econômico, mas também com assuntos que dizem respeito às questões humanitárias e estratégico-militares. A Cooperação Sul-Sul pode ser exemplificada como um mecanismo “para discussão e defesa conjunta de interesses relativamente mútuos entre esses países ante aos desenvolvidos” (OLIVEIRA, H.A., 2005, p. 263) nos fóruns multilaterais.

Dentre as iniciativas e organismos criados no contexto do Sul, o presente trabalho pretende inquirir o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), instrumento criado em 2003, que se encontra em lugar de destaque nos marcos da política externa brasileira e na perspectiva da Cooperação Sul-Sul.

2 A opção pelo sul

Apesar das mudanças no cenário internacional, demarcadas neste trabalho, a lógica das relações entre os Estados que percebemos atualmente ainda está fortemente imersa em uma conjuntura marcada pelas alteridades entre os países desenvolvidos do Norte e os países periféricos no Sul. A ordem internacional contemporânea coloca para

grandes países em desenvolvimento um duplo desafio, superar os obstáculos impostos por esse sistema e, ao mesmo tempo, promover uma ordem menos assimétrica (SOUTO MAIOR, 2003). Para Pecequilo:

Os Estados procuram alternativas para agregar benefícios e contrabalancear a hegemonia, o que gera os movimentos de coalizões anti-hegemônicas e alianças de geometria variável. Esta tendência é reforçada pela transição à multipolaridade, que se acentua, a despeito do discurso unipolar neoconservador, e a dificuldade que os EUA têm de reconhecer e absorver novos parceiros regionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. (PECEQUILO, 2006, p. 367).

Partindo dessa percepção, a Cooperação Sul-Sul demonstra ser um importante instrumento na configuração do Sistema Internacional após a Guerra Fria, desempenhando um papel de redefinição na lógica de poder das relações interestatais. A política externa brasileira, a partir de 2003, esteve comprometida com essa idéia. Já em seu discurso de posse o ex-presidente Lula assinalou a importância de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os países do Sul. A preferência por parcerias desse tipo é catalisada pelo fato de que os países emergentes compartilham entre si os mesmos problemas internos e desafios internacionais.

A opção brasileira pelo Hemisfério Sul na gestão Lula teve como objetivo “garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional do país” (OLIVEIRA, M. F., 2005, p. 55), aliando as iniciativas de protagonismo regional do Brasil à perspectiva da Cooperação Sul-Sul. Durante o governo Lula as diretrizes da política externa estiveram envolvidas, substancialmente, com a defesa do multilateralismo e das coalizões ao Sul.

Destarte, os principais desdobramentos práticos da PEB foram a maior aproximação diplomática e econômica com países africanos, árabes e asiáticos; a criação do G-4, juntamente com Alemanha, Japão e Índia, para discutir a reforma no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança; a participação protagonista na operação de paz MINUSTAH – Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti; e a criação do G-20 comercial, grupo dos principais países em desenvolvimento criado na fase final de preparação da V Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio realizada em Cancun.

O Grupo dos 20⁴ é uma coalizão temática que tem sua atuação voltada para negociações agrícolas, tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. O G-20, criado em agosto de 2003, representa a clara percepção do Brasil e dos demais países em desenvolvimento da importância de articular posturas e decisões comuns em organismos internacionais. “Com a transição GATT/OMC, passou a haver maior engajamento e participação dos países em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio” (AZEVEDO; CARDOSO, 2007, p. 30), porém os resultados das negociações ainda não traziam vantagens para os países em desenvolvimento. A articulação do G-20 possibilitou um maior equilíbrio no âmbito da OMC, colaborando para a promoção de uma nova geografia das negociações multilaterais e inspirando novas iniciativas. Vizentini argumenta que:

As iniciativas de geometria variável que a política externa brasileira inaugurou no início do século XXI, como as do G-3 e do G-20 [...] e outras iniciativas são resultado de uma contínua e flexível busca de espaço de atuação internacional por parte da diplomacia brasileira e resultam de uma leitura realista das mudanças em curso no sistema mundial. Representam, também, uma forma de contínua adaptação de uma estratégia voltada ao apoio, ao desenvolvimento e, mais discretamente, de ampliação do poder nacional. (VIZENTINI, 2006, p. 160).

Uma das principais prioridades das ações diplomáticas da PEB a partir de 2003, foi a integração e a liderança regional sul-americana, no sentido de aprofundar as relações no Mercosul e posteriormente na Unasul. Para tanto, o Brasil investiu na “revalorização da inserção regional [...] além de incentivar seus parceiros em desenvolvimento a também incorporarem a dinâmica regional às suas respectivas política externa, visando consolidar seus papéis de relevância regional”. (OLIVEIRA, M.F., 2005, p.56).

4 O G-20 atualmente é composto por 23 países-membros, sendo eles: 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Nesse sentido, as estratégias diplomáticas de inserção regional e inter-regional foram fortalecidas. No âmbito regional foi defendido a ampliação e maior integração do Mercosul. No plano extrarregional teve destaque a criação do IBAS. Segundo Oliveira:

A origem do protagonismo internacional brasileiro na atualidade parece ter sua inspiração nessa tradição da política externa brasileira, caracterizada como nacional-desenvolvimentista [...] Pode-se notar nesse protagonismo internacional do governo Lula a clara intenção de ressuscitar a questão do desenvolvimento e a recuperação da clivagem Norte/Sul na política internacional em benefício das demandas dos países em desenvolvimento. (OLIVEIRA, M.F., 2005, p. 58).

No plano de inserção internacional brasileiro, a África e a Ásia passaram a despertar maior atenção no governo Lula, que criou novos projetos voltados para essas regiões. No que diz respeito à importância estratégica das parcerias do Brasil, depois dos empenhos focados no continente sul-americano, os demais esforços se concentraram em direção à África e à Ásia, respectivamente.

A política externa brasileira passou a dar mais atenção e atuar de forma mais efetiva em mecanismos de cooperação inter-regional. Nesse período foram criados a Cúpula América do Sul – África (ASA), em 2006, e a Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), em 2003, e se deu continuidade ao Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL). O Brasil atua também junto aos países africanos pertencentes à Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e ao G-15 – organismo criado em 1989 que se estabeleceu como um foro promotor da Cooperação Sul-Sul.

Atualmente, alguns dos arranjos cooperativos estabelecidos com a África e a Ásia desempenham papel semelhante aos esforços cooperativos destinados à América do Sul. É o caso do Fórum de Diálogo IBAS, que representa um importante projeto de aproximação com essas duas regiões. “O Brasil, apesar de suas limitações econômicas, tem empreendido iniciativas de cooperação Sul-Sul com o objetivo de estabelecer novos mecanismos de parceria, com soluções criativas” (SIMÕES, 2007, p.46).

Como já foi dito, a partir de 2003 “houve uma aproximação extraordinária do Brasil com a África. O Brasil sempre teve uma política africana positiva, mas ela passou

a ser mais ativa.” (AMORIM, 2007, p. 24). Durante a Política Externa Independente, havia uma política africana, contudo, durante a década de 1980 ocorreu um afastamento da África. Conforme Mourão:

No governo Lula constatou-se uma retomada do interesse político pela África, com uma redefinição da política africana, procurando-se ultrapassar a chamada diplomacia seletiva, que privilegiava preferencialmente os países da África meridional e os países da CPLP [...] Mesmo assim, áreas tradicionais continuaram recebendo tratamento atento em alguns casos, como em relação à África do Sul, em face de novas iniciativas estratégicas, nomeadamente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS). (MOURÃO, 2007, p. 267).

Não obstante, as relações com a Ásia se desenvolveram de forma diferente, “a Política Externa Brasileira nitidamente envolveu-se mais profundamente com o continente africano [...] a China foi o único país da Ásia com o qual o Brasil conseguiu estabelecer relações significativas no contexto da Cooperação Sul-Sul” (OLIVEIRA, 2006, p. 173). Foi somente após a Guerra Fria que o Brasil passou a dar maior atenção aos países do leste asiático.

Recentemente, o país intensificou as relações de parceria estratégica com países como a Índia. O ex-presidente Lula, em seu discurso de posse em 2003, sublinhou a importância da relação bilateral indo-brasileira. Essa relação havia se fortalecido ainda mais nos últimos anos, principalmente devido à atuação conjunta nos foros multilaterais através do G-20 e do G-4. Algumas semelhanças entre Brasil e Índia aproximam e catalisam a relação desses países, como o discurso democrático e a simpatia pela causa anticolonial. A criação do IBAS e a visita de Lula à Índia em 2004 alçou a relação destes países para outro patamar. “Hoje, a Índia se afirma como um dos principais parceiros do Brasil na Ásia e se destaca como umas das prioridades da política externa brasileira.” (SÁ PIMENTEL, 2007, p. 370).

Entre 2002 e 2010, o comércio do Brasil com os países em desenvolvimento aumentou mais de 20%, representando atualmente mais de 60% das exportações brasileiras. “Os esforços de diversificação de mercados não são à toa, é para reduzir a

vulnerabilidade, ou seja, procurar diversificar mercados e produtos, por que isso diminui a vulnerabilidade externa na área econômica, especificamente.” (GUIMARÃES, 2007, p. 35).

Os países emergentes, que outrora apenas compartilhavam problemas semelhantes, agora detêm as condições necessárias para compartilhar soluções, aprofundando a cooperação entre si. Assim, a Cooperação Sul-Sul ganha força por meio desse processo de “redesenho da balança de poder global, a qual vem criando novas possibilidades e brechas de inclusão de novos atores e projetos de reorganização do sistema de Estados e dos valores no seio da comunidade internacional” (SARAIVA, 2005, p. 12).

Nesse contexto, a Cooperação Sul-Sul tem demonstrado ser uma forma eficaz de contrapor-se às medidas unilaterais das grandes potências e de apaziguar o desequilíbrio entre os Estados dos Hemisférios Norte e Sul, fomentando assim, uma globalização mais justa e equitativa, introduzindo os temas, interesses e demandas dos países emergentes nas discussões e negociações do Sistema Internacional, que até então é conduzido majoritariamente pelos interesses dos países do Norte.

O IBAS representa uma institucionalização da Cooperação Sul-Sul, que facilita e aprofunda o relacionamento destes países em diferentes áreas. O mecanismo constituiu-se como uma iniciativa estratégica de coordenação política dos três Estados membros, visando garantir a liderança em suas respectivas áreas de influência e conquistar um maior espaço no cenário internacional.

3 O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)

A origem do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – em inglês IBSA, ou ainda G-3 – remete a uma proposta sul-africana feita pelo partido African National Congress, a ideia era formar um grupo de países do Sul que refletisse o G-8, no entanto, a ideia foi esquecida após os ataques de 11 de setembro de 2001. Neste mesmo ano, a relação entre os três países ampliou-se após o contencioso das patentes farmacêuticas no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

As articulações iniciais para dar origem ao Fórum aconteceram no encontro

dos Chanceleres Nkosazana Dlamini Zuma, da África do Sul, Celso Amorim, do Brasil e Yashwant Sinha, da Índia, em 1º de janeiro de 2003, durante a solenidade de posse do ex-presidente Lula. Segundo Celso Amorim, embora os países já tivessem em mente essa aliança, o surgimento do mecanismo foi incentivado pelo presidente sul-africano Zuma.

A formação oficial do grupo se deu logo após a reunião do G-8 de 2003, que aconteceu entre os dias 1 e 3 de junho na cidade de Evian, França. Na ocasião foram convidados 12 países emergentes para participarem da cúpula, entre eles o Brasil, a África do Sul e a Índia. As discussões iniciadas em Evian pelos chefes de Estado, resultaram no estabelecimento formal da iniciativa, que aconteceu em 6 de junho de 2003, quando os três Ministros das Relações Exteriores emitiram a “Declaração de Brasília”.⁵

Os Chanceleres assinalaram nos vinte pontos do documento importantes características que permitiram a aproximação destes países e também os objetivos da criação do Fórum. O grupo é formado por três grandes países atuantes em escala global, cada um pertencente a uma das regiões em desenvolvimento no mundo. Foi frisado que Índia, Brasil e África do Sul são países democráticos, com grandes populações multiétnicas e multiculturais, que compartilham entre si interesses e princípios comuns e enfrentam desafios internos semelhantes.

O fato de serem reconhecidos pela comunidade internacional como sendo três grandes democracias, está diretamente ligado ao discurso multilateral do IBAS que, no texto da Declaração de Brasília, se posiciona em defesa de uma ordem multipolar estruturada a partir do fomento à democracia e da atenção ao Direito Internacional, visando a manutenção da paz e da segurança internacional, em conformidade com a Carta de São Francisco. (IBAS, 2003).

É através desse discurso multilateral que o IBAS estrutura um dos seus principais objetivos: a reforma da Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. Reivindica-se a expansão dos assentos de membros permanentes e não permanentes, com a participação de países em desenvolvimento em ambas as categorias, para assim ampliar a eficiência da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social

⁵ Disponível em <http://www.ibsa-trilateral.org/>

das Nações Unidas.

O Fórum de Diálogo IBAS é considerado uma “coalizão”, ou seja, um grupo que se forma com propósitos de barganha e negociações coletivas. O termo refere-se a qualquer grupo de decision-makers que participam de uma negociação e que concordam em agir coordenadamente a fim de chegar a um common end (NARLIKAR; WOODS, 2001 Apud OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006, p. 497).

O destaque dessa coalizão é o seu caráter estratégico, uma vez que reúne três líderes regionais. São três grandes países emergentes que vêm desempenhando políticas no sentido de viabilizar os seus respectivos papéis de liderança. Assim sendo, essa parceria proporciona uma maior capacidade para estes negociarem nos fóruns internacionais multilaterais e nas decisões políticas e financeiras mundiais, além de uma oportunidade para promover mudanças sistêmicas e influenciar a arquitetura global:

Todos os três compartilham três funções potenciais em comum na política internacional: primeiro, são países gerenciadores da globalização pós-padrão liberal e de seus impactos negativos sobre suas sociedades; segundo, são Estados system-affecting; e terceiro são Estados agenda-setting. (PADILHA, 2012, p. 3).

O Fórum, portanto, tem como propósito a consolidação de uma parceria estratégica entre Brasil, Índia e África do Sul. Sua atuação e funcionamento são distribuídos em uma ampla estrutura, disposta em três frentes: a) coordenação e consulta política; b) cooperação técnica setorial intragrupo, por meio de dezesseis Grupos de Trabalho; e c) Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento extragrupo, através do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza.

O surgimento do IBAS gerou uma série de debates no campo das Relações Internacionais, representando um desafio analítico⁶ e pragmático. De fato, era de se

⁶ “A reemergência e proliferação de coalizões tipo Sul-Sul, no contexto atual de despolarização do sistema internacional e de internacionalização econômica, impõem desafios analíticos importantes. Alianças Sul-Sul emergiram durante o período bipolar como contraponto, ou visão alternativa, à estruturação estratégico-militar Leste-Oeste. A identidade coletiva do Sul, tal qual o Movimento dos Não-Alinhados ou a Nova Economia Internacional, foi construída por meio de uma contraposição, de um sentimento de não-pertencimento do grupo dos países do Norte desenvolvido.” OLIVEIRA, ONUKI, OLIVEIRA, p.478, 2006).

esperar que um mecanismo inovador e pretensioso como esse criasse expectativa e originasse avaliações dos especialistas:

Como é sabido, a criação do grupo IBSA gerou questionamentos, tanto no plano acadêmico como político, sobre quais seriam as bases reais ou motivações dos governos participantes ao empenhar esforços em uma iniciativa de ação coletiva envolvendo países com baixo grau de interdependência socioeconômica.” (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006, p. 490).

Os críticos do IBAS “o consideram, com um tom de ironia, uma forma tardia de um terceiro-mundismo ideológico dos anos 1970” (VIZENTINI, 2010, p.22). Outras questões levantadas pelos críticos referem-se a pouca relevância do comércio e dos arranjos cooperativos entre países do Sul e aos problemas e dificuldades em termos econômicos e sociais dos três Estados.

Desde seu estabelecimento, o IBAS suscitou esperança, atraiu curiosidade e até mesmo resistência por parte de alguns segmentos, em razão de seu ineditismo. Afinal, o mecanismo representa importante inovação das formas de inserção dos países em desenvolvimento no cenário internacional. Por essa razão, recebeu algumas críticas e precisou vencer certa dose de ceticismo, oriunda, sobretudo dos remanescentes grupos de alinhamento automático aos centros tradicionais de poder, e dos pragmáticos do conformismo. No entanto, a trajetória que vem cumprindo desde sua criação evidencia vigor e dinamismo. (MOURA, 2008, p. 16-7).

Índia, Brasil e África do Sul são grandes Estados da periferia, que têm interesses semelhantes nas grandes negociações multilaterais e procuram se articular nesse fórum com a finalidade de discutir sobre problemas comuns e indicar possíveis soluções. Assim, a coalizão se “aproveita” das capacidades e necessidades dos três países membros para articular políticas, promover mudanças positivas nos fóruns internacionais e alcançar interesses nacionais, defendendo a reforma dos órgãos multilaterais e uma nova

governança global. É nesse sentido que se constitui a coordenação e a consulta política entre os países do IBAS, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional de interesse mútuo e articular a ação do grupo no cenário internacional. Como elucidado por Vaz:

O IBAS estabelece um quadro político em que a Índia, o Brasil e a África do Sul preveem não somente promover a cooperação trilateral nas diferentes áreas temáticas, mas também manter um diálogo político regular, orientado para a coordenação de posições e para o desenvolvimento, na medida do possível, de abordagens conjuntas para as principais questões mundiais e para os desafios de desenvolvimento que enfrentam. (VAZ, 2010, p. 26).

O IBAS não é uma coalizão temática, como, por exemplo, o supracitado G-20. O seu projeto é ambicioso e envolve variados temas nos três pilares de atuação do agrupamento. Os países do grupo traduziram seus princípios comuns através da estrutura ampla e informal do Fórum. O IBAS não tem sede, secretariado executivo fixo, orçamento ad hoc ou documento constitutivo, o início do seu funcionamento é marcado pela emissão do primeiro comunicado político oficial: a Declaração de Brasília.

A convergência de visões de mundo entre Índia, Brasil e África do Sul torna possível e eficaz a ação do mecanismo. "Até agora, a maior conquista do IBAS vêm sendo na área de coordenação política" (WHITE, 2010, p. 3). A coordenação e consulta política entre os três Estados é forte e regular e se refere aos principais assuntos da política internacional, visando o intercâmbio de informações trilaterais. Apesar das diferenças existentes entre os três países, a intensidade dos concertos políticos e das reuniões entre as delegações é ampla.

Esse exercício cria as bases de uma cultura de interação política. Ademais, projeta com mais ênfase as posições individuais de Índia, Brasil e África do Sul. A coordenação política também se expressa em foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e o Conselho de Direitos Humanos (CDH). (Ministério das Relações Exteriores, 2010, p. 1).

O Fórum de Diálogo IBAS promove encontros periódicos de coordenação política em vários níveis para debater temas da agenda de cooperação e desempenho dos projetos em curso empreendidos através do mecanismo. Os Chefes de Estado e de Governo do IBAS, o Primeiro Ministro da Índia, o Presidente do Brasil e o Presidente da África do Sul, se encontram periodicamente nas Reuniões de Cúpula, ao final de cada cúpula os Chefes de Estado e de Governo emitem um Comunicado Conjunto, que expressa o posicionamento do Grupo em diversos temas e formaliza a aprovação dos relatórios da Cooperação Setorial e dos projetos desenvolvidos pelo Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza.

Até 2011, foram realizadas cinco Reuniões de Cúpula: a primeira foi em 2006 na cidade de Brasília, depois em Tshwane (2007), Nova Délhi (2008), Brasília (2010) e Pretória (2011). Ademais, os líderes se encontram no formato IBAS à margem de outras ocasiões, como na OMC e, em 2011, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando os três países ocuparam assentos não permanentes.

Há também o envolvimento da sociedade civil, através dos Fóruns entre os Povos, que se reúnem anualmente paralelamente às Reuniões de Cúpula, para debater temas de interesse da sociedade e promover interação entre os grupos. Os chamados People-to-People Fora envolve os foros de Mulheres⁷, de Editores, Empresarial, de Pequenas e Médias Empresas, de Relações Intergovernamentais e Governança Local, de Parlamentares, de Cortes Constitucionais e o Foro Acadêmico.

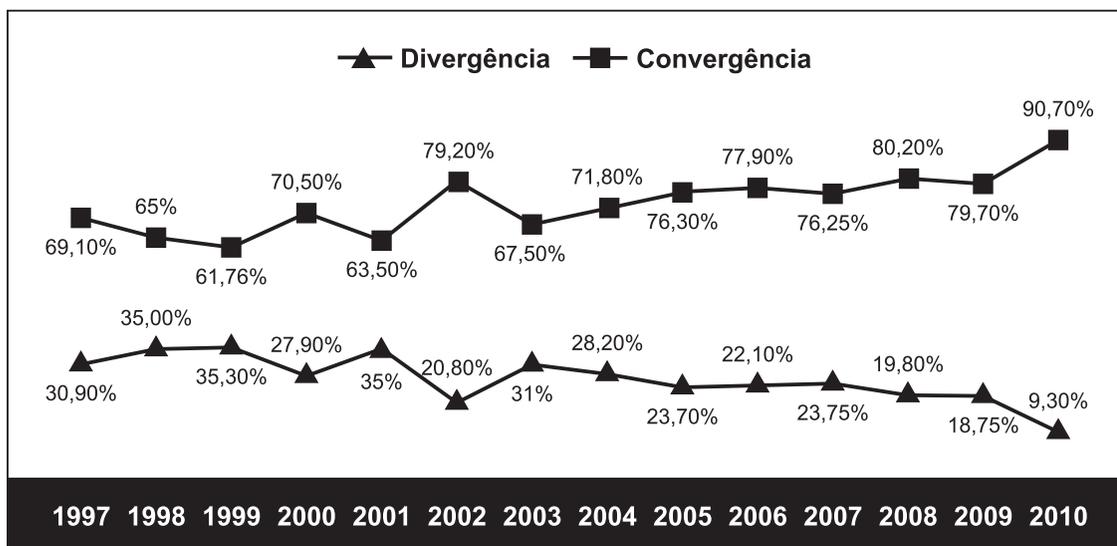
A consulta política e a sinergia de interesses entre os membros do IBAS se reflete na variedade dos documentos oficiais e também na consolidação de posicionamentos e atuações comuns no cenário internacional. Ao todo, vinte e quatro Documentos Conjuntos⁸ já foram emitidos pelos Chefes de Estado e de Governo, pelos Chanceleres e por Ministros de Estado, além da Declaração de Brasília.

O que é discutido e acordado no Fórum de Diálogo vem sendo, de fato,

7 Os estudos na área de gênero resultaram na publicação pelo Foro de Mulheres do livro "Pensando uma Estrutura Macro-Econômica Inclusiva: Uma Abordagem Feminista Sul-Sul".

8 Disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de/view>

Gráfico 1: Convergência e Divergência dos países IBAS na AGNU (1997-2010)⁹



Fonte: PADILHA, 2012

concretizado nos fóruns multilaterais. Os países do IBAS realizaram, de acordo com seus princípios democráticos e multilaterais, intervenções positivas no Conselho de Direitos Humanos da ONU, nas sessões sobre a situação dos Direitos Humanos na Palestina (março e setembro de 2009 e junho de 2010) e na sessão sobre Direito à Saúde e Acesso a Medicamentos (outubro de 2009). A convergência política também pode ser observada no âmbito da Assembleia Geral da ONU (ver gráfico 1).

A partir do gráfico 1, podemos perceber que a convergência de votos é bastante superior que a divergência, provando a eficácia do diálogo político trilateral e da constituição de um discurso uniformizado. Essa coerência é mais perceptível a partir de 2004, quando as linhas foram se afastando. Porém, ainda em 2001 já é possível ver um distanciamento entre as duas linhas, quando se iniciaram as aproximações de posicionamentos em razão do Contencioso das Patentes Farmacêuticas, na Organização Mundial de Comércio.

⁹ "Os parâmetros para a mensuração dos dados foram: Convergência (3 sim), (3 não), (3 abstenção) [...] Divergência (2 sim e 1 não), (2 não e 1 sim), (2 sim e 1 abstenção), (2 não e 1 abstenção), (2 abstenção e 1 sim); (2 abstenção e 1 não), (1 sim, 1 não, 1 abstenção), (1 sim, 1 não e 1 ausência), (1 sim, 1 ausência e uma abstenção), (1 não, 1 ausência e 1 abstenção)." (PADILHA, 2012, p. 13)

Essa percepção do IBAS se encaixa na visão de Keohane (1988), de que quando há prevalência da harmonia de interesses, as políticas dos atores envolvidos facilitam o alcance dos objetivos dos outros. Desta maneira, os Estados cooperam entre si partindo da ideia de que os ganhos provenientes dos acordos de cooperação são mais elevados dos que os proveitos resultantes da não cooperação.

Contudo, em alguns casos não há convergência de interesses entre os países do IBAS, principalmente no que diz respeito ao acesso a mercados de bens agrícolas. De acordo com Oliveira, Onuki e Oliveira:

Índia e Brasil têm interesses substantivamente divergentes na agenda multilateral de agricultura. Enquanto o Brasil tem uma posição marcadamente demandante e ofensiva – ou seja, tem disposição de liberalizar ainda mais seu mercado doméstico no jogo de barganha multilateral –, a Índia possui uma posição defensiva, protecionista, em relação ao acesso a mercados para bens agrícolas. (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006, p. 466).

Entretanto, apesar das consideráveis disparidades entre os três países, da distancia geográfica e da divergência em alguns temas, a coalizão “é marcada pelo pragmatismo, pelo peso político próprio e pela legitimidade para apresentar-se como interlocutor relevante para os grandes temas da agenda global.” (VIZENTINI, 2010, p.23).

4 Cooperação técnica setorial intragrupo

Índia, Brasil e África do Sul, possuem distintos graus de desenvolvimento, além disso, suas realidades demográficas e econômicas são demasiadamente diferentes. Essas considerações podem, por um lado, atrapalhar a articulação econômica, e por outro, servir como catalisador para a cooperação.

Partindo dessa percepção, a cooperação técnica entre o IBAS é de extrema importância para que os países consigam alcançar maiores taxas de desenvolvimento e, simultaneamente, apaziguar as diferenças sociais internas. A cooperação setorial

Tabela 1: Dados dos países do IBAS

País	Taxa média anual de cresc. (2001-2010)	PIB (US\$ bilhões)	PIB per capita (US\$ bilhões)	População (milhões)
Índia	7,4%	1.632	1.371	1.191 ²
Brasil	3,6%	2.090	10.816	193
África do Sul	3,5%	364	7.274	50 ²

Fonte: World Economic Outlook (WEO)/FMI. Dados de setembro de 2011.

trilateral se dá por meio de dezesseis Grupos de Trabalho, cujo objetivo principal é o intercâmbio de informações e experiências. Nesse sentido, cada membro coopera com o know-how que detém em determinados setores, para auxiliar o desenvolvimento dos demais em áreas sensíveis.

Os dezesseis Grupos de Trabalho do IBAS compreendem os seguintes temas:

a) Administração Pública e Governança; b) Administração Tributária e Aduaneira; c) Agricultura; d) Assentamentos Humanos; e) Ciência e Tecnologia; f) Comércio e Investimentos; g) Cultura; h) Defesa; i) Desenvolvimento Social; j) Educação; k) Energia; l) Meio Ambiente; m) Saúde; n) Sociedade da Informação; o) Transportes; e p) Turismo.

Ademais, existem propostas para o estabelecimento de novos GTs, como: q) Cooperação Sindical; r) Desarmamento e Não Proliferação; s) Obras Públicas e Infraestrutura; t) Pequenos Negócios; u) Propriedade Intelectual; v) Questões de Gênero; w) Relações Federativas; x) Sistemas Carcerários; e y) Temas Florestais. (MOURA, 2008).

Pode-se dizer que a cooperação técnica setorial entre o IBAS tem como principais objetivos:

Promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte; Promover a troca de informação trilateral, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, assim como cumprimentar os respectivos esforços de sinergia coletiva; Promover a cooperação em diversas áreas. (BRASIL – MRE, 2010)

Os Grupos de Trabalho são autônomos e formados por membros de cada país, que se dedicam à articulação política e diplomática no contexto dos atos firmados, para lograr a efetivação da cooperação trilateral nas áreas de interesse comum. A cooperação se dá por meio de transferência de habilidades, intercâmbio de especialistas, treinamento e capacitação de recursos humanos, cooperação entre instituições especializadas supervisão e avaliação dos programas.

De fato, a partir da institucionalização do IBAS a relação entre os três países se desenvolveu enormemente. Entre 2003 e 2010, o fluxo de comércio entre os países do IBAS quadruplicou, passando de US\$ 4,38 bilhões para US\$ 16,1 bilhões (BRASIL - MRE, web site).

A pauta do IBAS expandiu-se e alcançou diversidade e densidade inimagináveis há poucos anos. O intercâmbio em vários setores começa a ganhar contornos concretos. O êxito em uma área gera impacto positivo em outras e lança luz sobre novas fronteiras de entendimento possíveis. Organizá-las e priorizá-las é um dos desafios presentes [...] Em diversas áreas, as iniciativas em andamento repercutem positivamente. (MOURA, 2008, p.18-9).

Contudo, enquanto que em alguns GTs já seja possível observar resultados práticos, em outros muito pouco foi acordado e posto em prática. Nesse contexto, África do Sul e Brasil defendem que, para consolidar o trabalho do IBAS, alguns grupos precisariam ser fundidos e outros abandonados. Embora já existam treze Memorandos de Entendimentos em vigor no IBAS e outros em fase de aprovação, a demasiada amplitude de temas e a inexistência de interesses comuns em determinadas áreas faz com que em alguns dos Grupos de Trabalho os resultados obtidos sejam inexpressivos. Ademais, os acordos trilaterais encontram barreiras nas burocracias nacionais e em disputas bilaterais.

5 Cooperação para o desenvolvimento

A Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento externo ao grupo se dá por meio

do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, estruturado formalmente em maio de 2004 através do Plano de Ação. A criação do Fundo se deu após a iniciativa sobre a Erradicação da Fome e da Pobreza, conduzida pelo Brasil em paralelo à 58ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2003. Naquele momento Índia, Brasil e África do Sul indicaram interesse em apoiar projetos de médio porte para o desenvolvimento de outros países.

Os projetos com suporte do Fundo IBAS se dão sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, privilegiando iniciativas envolvidas com o alcance dos Objetivos do Milênio. Assim, o Fundo tem como objetivo financiar projetos autossustentáveis e reproduzíveis, comprometidos com as necessidades dos países de Menor Desenvolvimento Relativo (MDRs) ou em situação de pós-conflito.

Para tanto, os projetos se debruçam nas capacidades disponíveis dos três países e em suas experiências nacionais bem-sucedidas no que diz respeito ao combate à fome e à pobreza. Inicialmente, os países do IBAS se disponibilizaram em doar anualmente a quantia de US\$100.000 para esses projetos, contudo, desde 2006 a contribuição de cada país é de US\$1.000.000. As doações para o Fundo também são abertas para todos os países, sociedade civil e instituições filantrópicas.

O compromisso do IBAS firmado com os demais países do Sul e a ampliação dos recursos destinados à promoção do desenvolvimento de terceiros, expressa a percepção de Índia, Brasil e África do Sul da modificação na posição de países receptores de cooperação para a de novos doadores, que cada vez mais vem empenhando esforços no sentido de procurar soluções para as disparidades econômicas e sociais do Sul em desenvolvimento. Segundo Hirst:

Ao representarem uma nova fonte de pressões, opiniões e recursos, alguns poderes expressam a decisão de aumentar o escopo de suas responsabilidades e compromissos junto aos países em desenvolvimento; seja para melhorar capacidades de provisão de bens públicos de forma a atender às necessidades sociais em contextos carentes, seja para oferecer ajuda humanitária em situações de escalada de violência e/ou desastres naturais. Ao mesmo tempo, vem sendo criada uma articulação entre o empenho dos emergentes por aumentar o volume de voz dos

países em desenvolvimento no concerto das nações e na formação de colíseões políticas e iniciativas de cooperação Sul-Sul (CSS) (NOVOSELOFF, 2009). Este duplo movimento, do qual o Brasil participa ativamente, tem contribuído para inovar formatos e conteúdos da assistência prestada ao mundo em desenvolvimento. (HIRST, 2012, p. 7-8)

Ao todo, foram concluídos sete projetos no âmbito do Fundo IBAS para o alívio da Fome e da Pobreza. Ademais, há nove projetos em execução. O primeiro projeto financiado pelo Fundo IBAS foi realizado em Guiné-Bissau. Entre 2005 e 2007, o projeto “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária” deu suporte ao combate à fome naquele país através da implementação de um programa de enriquecimento da produção alimentícia e animal, além de atuar na formação de um corpo técnico especializado. Estima-se que 4,5 mil pessoas beneficiaram-se direta ou indiretamente da assistência técnica prestada (MRE, web site¹⁰).

Dado o sucesso do projeto, foi realizada, em 2011, uma segunda fase do mesmo. O projeto “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária – Fase II” aprofundou sua atuação, ampliando sua abrangência para o tema da educação, especificamente para a alfabetização de adultos. Atualmente, há em Guiné-Bissau dois projetos em andamento apoiados pelo IBAS, ambos iniciados em 2011. São eles: “Apoio à Reabilitação de Bolanhas e ao Processamento de Produtos de Origem Agrícola e Animal” e “Eletrificação Rural com Sistemas de Energia Solar”.

Em 2006, o Fundo IBAS deu início ao financiamento do seu segundo projeto, dessa vez no Haiti. O projeto “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” teve como objetivo fomentar o processo de peacebuilding no Haiti, empregando cerca de 400 pessoas em uma das comunidades mais carentes de Porto Príncipe. O projeto, concluído em 2007, deu origem mais tarde a uma segunda iniciativa, o projeto “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles – Fase II”, que criou uma solução para substituir o carvão vegetal no cozimento de alimentos, representando uma economia

¹⁰ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>

de 78% nos custos de energia das famílias carentes locais.

No Cabo Verde, foi realizado, em 2008, o projeto “Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada”, que reformou a sucateada Unidade Básica de Saúde de Covoada, capacitando-a para atender 230 pessoas. Nas proximidades do Posto também foi beneficiado, por meio da compra de equipamentos, uma espaço em que a Cruz Vermelha presta assistência social a idosos. Atualmente está em vigor a segunda iniciativa do IBAS no Cabo Verde, o projeto “Dessalinização para o Aproveitamento de Água Potável”, que opera na segurança hídrica e alimentar da Ilha de São Nicolau, ampliando a irrigação agrícola na região.

Na Palestina, o projeto “Construção de Centro Multiesportivo e formação de Ligas Esportivas Juvenis” iniciado em 2009 e concluído em 2011 na cidade de Ramalá, foi implementado pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD). Outros dois projetos na Palestina estão em desenvolvimento: “Reabilitação Parcial do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino na Faixa de Gaza (Hospital Al Quds)” iniciado em abril de 2012 também em Ramalá; e “Construção de Centro para Pessoas com Necessidades Especiais”, iniciativa sugerida pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), que providenciou o terreno para a construção do Centro e está a cargo de sua execução, na cidade de Nablus, atendendo a todo o norte da Cisjordânia.

No Burundi, teve início em outubro de 2009 o projeto “Reforço à Infraestrutura e à Capacidade de Combate ao HIV/AIDS”, concluído em junho de 2012. A iniciativa executada na cidade de Bujumbura teve o objetivo de construir e equipar um centro de prevenção e tratamento do HIV/AIDS, além de contribuir para melhorar a capacidade do governo burundiano no combate ao HIV através de cooperação técnica.

No Camboja, está em andamento o projeto “Desenvolvimento amplo dos Serviços Médicos para Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais”, inaugurado em 2010 e com previsão de conclusão em 2013. Esse projeto atua na construção de um Centro de Saúde Mental para Crianças e Adolescentes no Hospital Chey Chumneas e no treinamento de equipes médicas para aprimorar o atendimento de adolescentes com necessidades especiais.

No Laos, o projeto “Apoio à agricultura irrigada integrada em 2 Distritos

Bolikhamxay” visa a manutenção da segurança hídrica e alimentar da região, reconstruindo e aprimorando a rede de agricultura irrigada destruída pelos tufões Haima e Nockten em agosto e setembro de 2011, respectivamente. A iniciativa, além de promover a redução da fome e da pobreza, prevê a participação dos locais na gestão dos recursos hídricos.

No Vietnã, foi iniciado em novembro de 2011 o projeto de segurança alimentar “Estabelecimento de ‘hub’ de produção de sementes de arroz”, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção e comercialização agrícola na região e estabelecer um controle de qualidade para as sementes de arroz, tornando a região em um “hub” de produção sustentável da semente de arroz.

Por fim, está em curso em Serra Leoa o projeto “Desenvolvimento de Liderança e Capacitação Institucional para o Desenvolvimento Humano e Redução da Pobreza”, que tem como principal objetivo promover melhorias na administração pública de Serra Leoa, visando a reconstrução pós-conflito. O projeto atua na melhoria do planejamento e da prestação de serviços públicos do Governo nacional, preocupados com o desenvolvimento humano sustentável e à redução da pobreza.

O reconhecimento do êxito dos projetos do Fundo IBAS pela comunidade internacional resultou em dois prêmios conferidos à iniciativa. Em 2006, foi concedido pelo PNUD o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul” e, em 2010, o Prêmio “Millennium Development Goals Awards”, outorgado pelo “Millennium Development Goals Awards Committee”, Organização Internacional Não Governamental voltada à promoção das Metas do Milênio.

“O Fundo de Desenvolvimento do IBAS revelou-se um sucesso inesperado. Ao aplicar uma abordagem simples e eficaz à ajuda ao desenvolvimento, o Fundo produziu resultados positivos de forma relativamente rápida” (WHITE, 2010). Contudo, os recursos doados pelo Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza são consideravelmente limitados se comparados aos de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, que destinam sozinhos cerca de US\$ 50 bilhões anualmente para apoiar projetos de desenvolvimento internacional.

Os críticos também apontam para problemas típicos da Cooperação Sul-Sul, como a sustentabilidade e dispersão das iniciativas. Em alguns casos os resultados e

rendimentos não são satisfatórios, em tais ocasiões as fragilidades do receptor somam-se às limitações financeiras e institucionais do doador. Ainda assim, os resultados obtidos pelos projetos financiados por meio do IBAS são bastante satisfatórios e o distingue de outras iniciativas multilaterais existentes, uma vez que sua atuação, além do apoio ao desenvolvimento do Sul, “contém uma mensagem política, que compreende um sentido crítico à cooperação internacional como um instrumento de poder” (HIRST, 2012, p.41).

As atividades desempenhadas pelo grupo originaram um espaço para discussão de novas formas de articulações cooperativas Sul-Sul e Norte-Sul. Nesse sentido, a cooperação prestada pelo IBAS encontra força para exercer influência na estrutura do Sistema Internacional. Os esforços empreendidos pelo IBAS ampliam a inserção externa dos países membros, aprofundando a atuação e influência em suas respectivas regiões e também nas regiões dos seus parceiros.

6 O IBAS na perspectiva da política externa indiana e sul-africana

Assim como no Brasil, o Fórum IBAS foi incorporado nas políticas externas da Índia e da África do Sul. Contudo, a importância do Fórum para ambos os países ocupa lugares diferentes. De certo, o IBAS é considerado como um instrumento para a Índia e a África do Sul transmitirem a imagem que querem projetar de si para a comunidade internacional, ao passo que corrobora para elucidar as transformações pelas quais passam suas economias e o lócus que atualmente ocupam no Sistema Internacional.

Apesar de compartilharem visões e vontades comuns, Índia, Brasil e África do Sul não têm precedentes de relações mútuas substanciais. Portanto, para os três países, o Fórum é importante para sua aproximação e criação de oportunidades de negócios, ultrapassando a distância geográfica.

Nos últimos anos, a política externa indiana esteve comprometida com a defesa dos objetivos políticos e econômicos do país no contexto de redefinição da geografia de poder mundial. Desse modo, os objetivos da política externa indiana estão envolvidos com a procura por um maior prestígio internacional, ampliando o seu poder e influência regional e promovendo a modernização econômica do país (OLIVEIRA, 2006). Além

disso, o legado da política externa estabelecida por Nehru, marcada pelo neutralismo e pela formação do Movimento dos Não Alinhados, está presente no interesse indiano na consolidação da liderança entre os países em desenvolvimento:

É possível perceber que a condução da diplomacia indiana na esfera das relações internacionais tem como estes principais objetivos, ao se verificar a busca de seu prestígio internacional por intermédio das políticas de modernização econômica, do redesenho de suas relações bilaterais, [...] de sua condição de potência regional por intermédio de sua política de aproximação com o Ocidente, de construção de segurança energética e, finalmente, de continuação de papel de liderança entre os países emergentes. (PACHECO, 2010, p. 193)

Logo, o papel do IBAS para a Índia pode ser entendido como um mecanismo para contribuir com a concretização dos objetivos de sua política externa, especialmente na perspectiva do desenvolvimento econômico, da aproximação com o Ocidente e na consolidação de sua influência no Sul. Portanto, o Fórum de Diálogo IBAS na perspectiva da política externa indiana “é importante como prática e precioso como símbolo. Há um tempo reforça substantivamente as posições comuns no tocante aos principais temas da agenda mundial e imprime novo e dinâmico perfil ao ideal da cooperação Sul-Sul”. (SÁ PIMENTEL, 2007, p. 403).

Em função das características de sua inserção internacional, a Índia tem privilegiado projetar-se por meio de grupos em que a China não esteja presente, uma vez que a força econômica da China pode dificultar seus interesses de liderança regional e ofuscar seu tradicional papel de líder ideológico do Sul Global (MANCHERI; SHANTANU, 2011 Apud RIBEIRO; MORAES, 2010, p. 12). Desse modo, a Índia procura se articular no IBAS, mantendo-o ativo.

Além disso, a Índia procura expandir sua influência no continente africano, em face das investidas chinesas na região, e da competição entre esses dois gigantes asiáticos no continente africano. A projeção da China na África é desfavorável aos interesses indianos, sobretudo nos países banhados pelo Oceano Índico, uma vez que essa esfera de influência é considerada pela Índia como sua. (RIBEIRO; MORAES, 2010).

Contudo, a Índia parece não ver o IBAS com as mesmas prioridades que Brasil e África do Sul. Segundo Vaz:

A Índia parece considerar o IBAS uma importante iniciativa para fins particulares, mas é claro que o IBAS não aborda — e talvez nunca consiga abordar — as questões que estão dentre as prioridades estratégicas e políticas do país. Já que a Índia tem um viés realista na busca de seus interesses internacionais, não há grandes incentivos para que deem ao IBAS a mesma prioridade e o mesmo nível de apoio político que o Brasil e a África do Sul estariam dispostos a oferecer. (VAZ, 2010, p. 26)

No que diz respeito à política externa da África do Sul, pode-se dizer que, com o fim do sistema segregacionista, o país assumiu o papel de liderança e porta-voz regional. Os demais países africanos naturalizaram essa liderança, principalmente devido ao inesperado pacifismo com que ocorreu a mudança de sistema no país. Ademais, a África do Sul adotou uma diplomacia multilateralista para criar uma imagem positiva a partir dos valores éticos e democráticos da África pós-apartheid, e assim, firma-se perante os seus vizinhos e a comunidade internacional. Consoante Soko:

A África do Sul pós-apartheid, especialmente sob a liderança de Thabo Mbeki, tem assiduamente buscado cultivar a posição de líder 'natural' do continente africano. Invocando a retórica do 'Renascimento africano', Mbeki começou a reafirmar a identidade africana da África do Sul e a legitimar sua ambição de liderança [...] A África do Sul enxerga-se como uma ponte entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento. E ela vem utilizando a diplomacia multilateral para solidificar sua posição de país do Sul. A perseguição dos objetivos nacionais da África do Sul através do posicionamento multilateral é vista como essencial para fornecer ao país um caminho para alavancar sua autoridade moral e política baseada em suas credenciais democráticas não racionais [sic] e constitucionais. (SOKO, 2007, p. 33)

Contudo, apesar da transição democrática, a África do Sul ainda enfrenta sérias disparidades e dificuldades sociais internas. Devido a sua "esquizofrenia social" (LANDSBERG, 2007, p. 50), expressa pelas grandes clivagens sociais entre a população, o

país tem investido na construção de políticas comerciais e industriais que possibilitem o aprofundamento de seu desenvolvimento social e que combatam o atraso econômico. Como ilustra Pacheco:

Sua política externa para o século XXI, conseqüentemente, passa a considerar a liberalização de sua economia, sua participação nas dinâmicas do comércio internacional de modo a verificar as potencialidades de investimento, de tecnologia, de construção de parcerias, e de desenvolvimento socioeconômico com especial atenção ao Fórum de Diálogo IBAS [...] e, principalmente, as implicações de seu crescimento para o desenvolvimento da África em seu objetivo de superação de sua marginalização internacional. (PACHECO, 2010, p. 258-9).

Assim, o IBAS é visto pela África como meio para alcançar o desenvolvimento de sua economia e contribuir com o desenvolvimento de outros países, procurando diminuir a pobreza e retirar o continente africano da marginalização frente à globalização. Essa iniciativa, além de consolidar a liderança regional do país, está ligada também à percepção do New Partnership for Africa's Development, na qual a África do Sul considera que não poderia se desenvolver e prosperar economicamente se não cooperasse para o desenvolvimento dos países vizinhos.

A política externa sul-africana dá atenção especial a mecanismos multilaterais preocupados com o desenvolvimento social e econômico do continente. Nesse sentido, a "África do Sul valoriza muito as parcerias, em lugar de agir sozinha. A África do Sul é tipicamente creditada por ser sido muito colaborativa na criação do IBAS." (LANDSERBG, 2007, p. 51). De fato, nos primeiros anos do Fórum, a África do Sul trabalhou intensamente para consolidar o Fórum IBAS e dar visibilidade ao grupo. Essa atuação estava ligada ao interesse do país em firma-se no grupo dos emergentes e, mais tarde, ao medo de ser deixado para trás, tendo em vista a maior visibilidade internacional e força política que adquiriu o agrupamento BRIC.¹¹

¹¹ O BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) foi institucionalizado como um grupo formal em junho de 2009. Em abril de 2011, por ocasião da 3ª Cúpula do mecanismo, a África do Sul ingressou como membro permanente deste grupo, que passou então a se chamar BRICS.

Desse modo, é possível perceber que as políticas externas dos países do IBAS apresentam objetivos comuns, porém, alguns interesses, no que diz respeito à manutenção do Fórum, são diferentes. Conforme Vaz:

Estas diferenças entre os três países, quanto ao que esperam do grupo, são justamente as características que elucidam o seu caráter plurilateral. Apenas um mecanismo flexível e atraente o suficiente para acomodar diferentes pontos de vista e avaliações pode enfrentar o desafio de buscar conjuntamente os interesses e objetivos convergentes, ampliando as vozes no sistema internacional, e elaborando novas formas e processos de governança global. Apesar de seus desafios e do advento de outras iniciativas atraentes, o IBAS é adequado para a concretização destes objetivos. Por isso, merece toda a energia política que cada um dos seus três membros esteja disposto a investir. (VAZ, 2010, p. 27).

Conhecidamente, em vários aspectos as vontades de Índia, Brasil e África do Sul não são convergentes. Porém, no tocante à afirmação destes como líderes de suas respectivas regiões, os desafios são semelhantes. A Índia enfrenta conflitos com o Paquistão, a liderança da África do Sul é contrariada pela Nigéria e, embora a economia sul-africana seja superior à nigeriana, esta última detém níveis de crescimento superiores. Assim, a perspectiva de consolidação dos países do IBAS no lócus de potências regionais parece ser o maior interesse destes na materialização do Fórum.

CONCLUSÃO

A opção brasileira pelo Sul trouxe, até então, bons resultados. É inegável a atual importância dos focos de poder emergentes na política mundial. Assim, além do valor ideológico da cooperação com o intuito de promover o desenvolvimento de outros países, essa opção pelo Sul tem a função de estreitar laços com mercados e potências em contínua expansão. Essa atuação é importante para o Brasil, no que diz respeito à sua inserção internacional.

Assim, a Cooperação Sul-Sul demonstra-se como um mecanismo funcional para

os países em desenvolvimento, auxiliando-os na expansão das possibilidades existentes para alcançar seus interesses e objetivos nacionais, além de maximizar sua atuação no cenário internacional.

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul se estabeleceu a partir das similaridades domésticas desses países e de suas atuações no âmbito internacional. Em quase dez anos de existência o IBAS se consolidou como um arranjo inovador, que obteve resultados satisfatórios e criou um espaço para aproximar países com fortes características semelhantes, mas com grandes distâncias geográficas, econômicas, históricas e culturais.

Portanto, para o Brasil, assim como para Índia e África do Sul, o IBAS é uma ferramenta para fomentar o desenvolvimento nacional em termos econômicos, políticos e também sociais. Por outro lado, o Fórum tem a missão de consolidar um papel mais decisivo destes países na esfera global. O IBAS, assim como outras coalizões do Sul, surge como resultado da reestruturação de poder no Sistema Internacional, e atuam conjuntamente para desconcentrar o poder, em defesa do multilateralismo de uma nova governança global.

Nesse sentido, pode-se dizer que a cooperação entre o IBAS é facilitado pelos interesses análogos de suas políticas externas e pelo caráter complementar de suas indústrias. Assim, é importante ressaltar os marcos da relação entre Índia, Brasil e África do Sul, sobretudo o padrão de atuação similar nas organizações internacionais e a multiplicação das suas relações comerciais, com perspectivas de ampliação, por meio da área de livre comércio SACU-ÍNDIA-MERCOSUL.

Contudo, a relação trilateral ainda esbarra em entraves burocráticos, disputas bilaterais e discordância de interesses em alguns temas. Ademais, as diferenças internas e a pluralidade e extensão de temas que a cooperação setorial tenta abarcar, atalham um maior aprofundamento e resultados efetivos em alguns temas. Além disso, critica-se o baixo envolvimento da sociedade civil e a falta de conteúdo substantivo, impedindo que a iniciativa se estabeleça como um mecanismo coeso e prático.

Entretanto, é imperativo notar que, apesar de em algumas aéreas de cooperação muito pouco ter sido efetivamente concretizado, a relevância da iniciativa não pode ser

desconsiderada. Em sua criação o IBAS postulou como principal objetivo a articulação política entre os membros, para assim, unificar seus posicionamentos e demandas, a fim de aumentar seu poder de barganha nas negociações multilaterais.

Destarte, é importante considerar que o IBAS se estabelece, primeiramente, aos países membros como um símbolo. Essa imagem simbólica exposta pelo mecanismo, de grandes países democráticos em desenvolvimento, defensores do multilateralismo e porta-voz do Sul, reforça o poder que os países detêm regionalmente, ampliando a atuação internacional de Índia, Brasil e África do Sul à medida que o Fórum ganha mais projeção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Celso. Discurso do Ministro das Relações Exteriores. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. I CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2007. p. 9-28.

AMORIM, Celso. Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura OPISA, N. 4, mar, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS..NBR6023:informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVÊDO, Roberto Carvalho de; CARDOSO, Elio de Almeida. Negociações Comerciais Multilaterais – Nova Geografia. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. I CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2007. p. 37-44.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Balanço de Política Externa 2003-2010: Reforma da Governança Global. IBAS. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>> Acesso em 17/07/2012.

BUENO, Adriana Mesquita de Corrêa Bueno. Os três pilares institucionais do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS): coordenação política, cooperação setorial e

Fundo IBAS. Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL. France, 2010 – Disponível em <<http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00496629>> Acesso em: 03/09/2012.

BUSS, Paulo Marchiori. FERREIRA, José Roberto. IBAS: Coordenação e Cooperação entre países em desenvolvimento. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 195-215.

CAMPBELL, Zélia. IBSA: Overview and perspectives. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 157-69.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; NOGUEIRA, Joana Laura Marinho; LOPES, Dawisson Belém. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. Dados, Rio de Janeiro, V. 55, N. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14/10/2012.

FMI – Fundo Monetário Internacional. World Economic Outlook – Update. São Paulo e Washington, 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/update/02/pdf/0611.pdf>> Acesso em: 20/09/12.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Discurso do Secretário Geral das Relações Exteriores. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. I CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2007. p. 29-36.

HAASS, Richard. The Age of Nonpolarity: What Will Follow US Dominance? Foreign Affairs. New York, V. 87, N. 3, p. 94-110, may.-jun. 2008.

HIRST, Monica. Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1687.pdf> Acesso em: 20/09/12.

HURRELL, Andrew. One World? Many Worlds? The Place of Regions in the Study of International Society. International Affairs. V. 127, N. 46. 2007.

IBAS. Declaração de Brasília. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/> Acesso em: 20/07/2012.

KEOHANE, Rober O. International Institutions: two approaches. *International Studies Quartely*, 1988.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University press, 1984.

KORNEGAY, Francis. The geopolitics of IBASA: The South African dimension. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 127-155.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, Vol. 70, No. 1, America and the World, 1990/91. p. 23-33.

LANDSBERG, Chris. Política externa da África do Sul. IN: KORNEGAY, Francis; DADA, Jabulani. *A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE, 2007. p 49-52.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. (orgs.) *Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. Mecanismos interregionais: Fórum IBAS. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>> Acesso em: 22/09/12.

MOURA, Gilberto F. G. de. O Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS: Balanços e Perspectivas. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 9 - 29.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Perspectiva em Relação ao Continente Africano. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. I CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2007. p. 243-280.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, V.28, N.2, jul./dez, 2006. p. 465-504.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. O Brasil e a Ásia. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA,

Antônio Carlos. (orgs.). *Relações internacionais do Brasil*, Volume 1. Editora Saraiva. São Paulo. 2006. p. 169-210.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, V. 48, N. 2, dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20/09/12.

O'NEIL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. *Global Economics Paper*. N. 66. p. 1-16.

PACHECO, Silvestre Eustáquio. *Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: o Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul* (Tese de Doutorado) – Belo Horizonte, 2010.

PADILHA, Fabrício Padilha Pererira da Silva. *Política Externa Brasileira, o Fórum de Diálogo IBAS e os Estudos de Relações Internacionais*. Brasília: Associação Brasileira de Relações Internacionais 1º Seminário nacional de Pós-graduação. 2012.

PAUL, T. V.; HALL, J. A. *International Order and the future of world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os EUA e o Ciclo Neoconservador: Avaliações Preliminares sobre a Presidência George W. Bush (2001/2007). IN: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. II CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2008.

SÁ PIMENTEL, José Vicente de Sá. Índia. IN: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. I CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2007. p. 367-403.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De Bric a Brics: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. *Boletim de economia e política internacional*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, n.1, jan./mar. 2010. p. 7-28.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 56, março. Brasília, 2005.

SIMÕES, Mariangela Rebuá de Andrade Simões. Novos Temas na Agenda Internacional e a Posição Brasileira: Pobreza, Pandemias e Migrações. IN: I Conferência Nacional

de Política Externa e Política Internacional. I CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2007. p. 45-76.

SOUTO MAIOR, Luiz. A ordem mundial e o Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, ano 46, N. 2, p. 26-48, 2003.

SOKO, Mills. A África do Sul e as ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança regional. IN: KORNEGAY; Francis. DADA; Jabulani. A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE, 2007. p. 23-48.

VAZ, Alcides Costa. IBAS: As Perspectivas de um Arranjo Plurilateral. Poverty in Focus. Brasília, N. 21, agosto, 2010.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. As Bases do IBAS: O desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul. IN: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEDI: O Brasil no mundo que vem aí: Seminário IBAS. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p.43-87.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou Cooperação Sul-Sul? Ciências & Letras, Porto Alegre, N. 48, jul./dez. 2010. p. 13-28, Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>> Acesso em: 05/09/2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. LESSA, Antônio Carlos. (orgs.). Relações internacionais do Brasil, Volume 2. Editora Saraiva. São Paulo. 2006. p. 159-194.

WALACE. Ferreira. Política Externa do Governo Lula: coalizões como alternativa multilateral. Revista Debates, Porto Alegre, V. 3, N. 1, 2009. p.100-125.

WHITE, Lyal. O IBAS Depois de Sete Anos: Cooperação em uma Nova Ordem Global. Poverty in Focus. Brasília, N. 21, agosto, 2010.

ZAKARIA, Fareed. The Post-American World. W. W. Norton & Company. United States, 2008.